

Soluções em Gestão Prisional SGP - SPE S.A.

CNPJ: 53.922.796/0001-04

| Balço patrimonial | | 31.12.2024 | | Demonstrações Contábeis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em Reais) | | | |
|---|------|-------------------|-------------------|---|-------------|-----------|------------------|
| Ativo | Nota | R\$ | | 31.12.2024 | | | |
| Circulante: | | 17.291.216 | | 382.171 | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 17.087.753 | | 2.464 | | | |
| Impostos a recuperar/compensar | 5 | 58.367 | | 378.331 | | | |
| Despesas antecipadas | 6 | 133.547 | | 1.376 | | | |
| Outros créditos | 7 | 11.549 | | | | | |
| Não circulante: | | 2.438.961 | | 13.624.000 | | | |
| Realizável a longo prazo: | | 2.355.301 | | 13.624.000 | | | |
| Ativo financeiro em formação | 8 | 2.355.301 | | 5.724.006 | | | |
| Imobilizado | 9 | 83.660 | | 14.936.382 | | | |
| | | 19.730.177 | | 19.730.177 | | | |
| Total ativo | | 19.730.177 | | 19.730.177 | | | |
| Balço patrimonial | | 31.12.2024 | | Demonstrações Contábeis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em Reais) | | | |
| Passivo e patrimônio líquido | Nota | R\$ | | 31.12.2024 | | | |
| Circulante: | | 382.171 | | 382.171 | | | |
| Obrigações trabalhistas | 10 | 2.464 | | 10 | | | |
| Obrigações tributárias | 11 | 378.331 | | 11 | | | |
| Provisões trabalhistas | 12 | 1.376 | | 12 | | | |
| Não circulante: | | 13.624.000 | | 13.624.000 | | | |
| Exigível a longo prazo: | | 13.624.000 | | 13.624.000 | | | |
| Outras obrigações | 13 | 13.624.000 | | 13 | | | |
| Patrimônio líquido | | 5.724.006 | | 5.724.006 | | | |
| Capital social | 14 | 14.936.382 | | 14 | | | |
| Reserva de lucros | | (9.212.376) | | (9.212.376) | | | |
| Total passivo e patrimônio líquido | | 19.730.177 | | 19.730.177 | | | |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | Nota | | Lucros/(Prejuízos) Acumulados R\$ | | Total R\$ | |
| Saldos em 31/12/2023 | | | | | | | |
| Integralização do capital | | | 14.936.382 | | | | 14.936.382 |
| Resultado do exercício 2024 | | | | | (9.212.376) | | (9.212.376) |
| Saldos em 31/12/2024 | | | 14.936.382 | | | | 5.724.006 |

Notas explicativas às demonstrações Contábeis

1. **Contexto operacional:** Constituída em 18 de janeiro de 2024, a Soluções em Gestão Prisional - SGP SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, que tem por único e exclusivo objeto social explorar a concessão administrativa dos serviços de apoio à operação do Complexo Prisional de Erechim (incluindo atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares desenvolvidas no Complexo Prisional de Erechim e os serviços de assistência material, à saúde, educacional, social e religiosa aos presos), nos termos, prazos e condições estabelecidas no Contrato de Concessão Administrativa, objeto do processo de licitação em conformidade com o Edital de Concorrência Pública Internacional nº 0011/2023, Processo Adm. nº 22/1300-0000515-9, publicado pelo Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Sistema Penal e Socioeducativo - SSPS ("Contrato de Concessão"). A Companhia tem prazo de duração de 30 (trinta) anos, contados a partir da data em que o Contrato de Concessão se tornar plenamente eficaz, prazo esse a ser prorrogado à medida em que houver prorrogação do prazo do Contrato de Concessão ou à medida em que for necessário para o cumprimento de obrigações oriundas do Contrato de Concessão.

2. **Resumo das principais práticas contábeis:**
2.1. Bases de preparação: As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, determinadas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como pelos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo divulgadas para o primeiro exercício social relativo ao ano de constituição da Sociedade. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Soluções em Gestão Prisional - SGP SPE S.A. e, também, a sua moeda de apresentação. **2.3. Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo. Aplicações financeiras, quando existentes, são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. **2.5. Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: **a) Ativos financeiros de curto prazo:** São aqueles cujo prazo de vencimento é inferior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **b) Mensurados ao custo amortizado:** São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **c) Instrumentos financeiros derivativos e ativos de hedge:** Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outros) e realiza a avaliação de seus ativos e passivos financeiros. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: disponibilidades e títulos e valores mobiliários, registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nos balanços, considerando os critérios de atualização contratados. Nas atividades operacionais não há exposição significativa a riscos de mercado relacionados a variações cambiais. A Empresa adota políticas e procedimentos para administrar situações em que possa haver impactos decorrentes desse risco. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa e suas controladas estão determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto,

considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, tais estimativas podem não refletir, necessariamente, os montantes que poderão ser efetivamente realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas. **2.6. Ativos e passivos circulantes:** Ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável. Os direitos realizáveis e as obrigações, quando vencíveis após 12 meses subsequentes à data do balanço, são considerados não circulantes. **2.7. Os créditos a receber:** São registrados pelos valores prováveis de realização, quando aplicável líquidos de provisões para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **2.8. Imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição ou produção. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na Nota 9, levando em consideração o prazo de vida útil estimado dos bens. Um item do imobilizado é baixado quando alienado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Qualquer ganho ou perda na baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda do ativo e seu valor contábil) é reconhecido no resultado no exercício em que o ativo for baixado. Se houver qualquer indicação de uma mudança significativa na taxa de depreciação, no prazo de vida útil ou no valor contábil líquido de um ativo, a depreciação desse item é revisada de forma prospectiva para refletir as novas expectativas. **2.9. Provisões:** A Companhia reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. **2.10. Redução ao valor recuperável:** Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indicação de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **2.11. Impostos sobre vendas e serviços:** Estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições obrigatórias, de acordo com as alíquotas demonstradas a seguir:

| Impostos e Contribuições Sociais | Alíquotas |
|----------------------------------|---------------|
| PIS | 0,65% |
| Cofins | 3% |
| ISS | 2,00% a 5,00% |

Essas despesas são demonstradas como deduções de vendas no resultado. As tributações de PIS e Cofins sobre faturamento são apuradas com base no regime cumulativo, sendo que sobre as receitas financeiras há incidência de Cofins e PIS com alíquotas de 4% e 0,65% respectivamente. **2.12. Novas normas, alterações e interpretação das normas:** (a) **Ativos de normas adotadas pela Sociedade:** A Companhia iniciou suas atividades em 2024, em aderência, onde aplicável, às seguintes normas adotadas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: **Alterações CPC 26/IAS 1 - Classificação do Passivo circulante e ou não circulante.** Essas alterações foram emitidas em 2020 visando a esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicariam inicialmente aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Essas alterações não geraram impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa. **Revisão NBC 18** - todas as alterações são decorrentes da revogação da NBC TG 08. Incluindo: a NBC TG 15 (R4), que fala sobre a combinação de negócios e foi revisada para incluir explicitamente os custos diretamente relacionados à aquisição; a NBC TG 27 (R4), que trata de ativo imobilizado e esclarece o custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. A revisão trata também de modificações na NBC TG 20 (R2) que versa sobre os custos de empréstimos e inclui encargos financeiros calculados com base no método de taxa efetiva de juro, conforme descrito na NBC TG 48, sobre instrumentos financeiros. Outra modificação foi a da NBC TG 41 (R2), que apresenta o resultado por ação. A vigência das alterações, incluídas e excluídas da Revisão NBC 18 iniciou-se em 1º de novembro de 2023. **Revisão NBC 19** - modifica a NBC TG 26 (R5) que trata da apresentação das demonstrações contábeis e introduz alterações nos critérios de classificação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, especialmente relacionados ao ciclo operacional normal, passivos financeiros, e direitos de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses. A Revisão inclui os itens 762A, 76A e 76B. Outra norma impactada é a NBC TG CPC 06 (R3), que contempla o arrendamento e inclui os itens 102A, C1D, C20E, e alterações no item C2. Essas modificações têm aplicação a partir de 1º de janeiro de 2024 e não tiveram reflexos significativos sobre as demonstrações contábeis da Sociedade. **Revisão NBC 22** - corresponde à Revisão do Pronunciamento Técnico nº 24 e as mudanças incluem novos itens e

que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Aspectos contingenciais:** No curso normal de seus negócios a Sociedade está sujeita a inspeções e possíveis reivindicações, principalmente em relação a questões tributárias, trabalhistas e regulamentares governamentais, e terá o direito de se defender no caso de processos com os quais não concorde. A administração manifesta não ter conhecimento de nenhum processo em curso contra a Sociedade que não esteja apropriadamente divulgado nas demonstrações contábeis. **Responsabilidade da administração e da governança pelas Demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de

| Demonstração do resultado | | 31.12.2024 | |
|---|------|--------------------|--|
| | Nota | R\$ | |
| Receita operacional líquida | 15 | 2.355.301 | |
| Custo dos serviços prestados | | (2.355.301) | |
| Construção | 15 | (2.355.301) | |
| Resultado bruto | | - | |
| Despesas gerais e administrativas: | | | |
| Pessoal | | (20.447) | |
| Legais e jurídicas | 16 | (4.665.530) | |
| Serviços de terceiros | 17 | (4.236.537) | |
| Tributárias | | (3.757) | |
| Depreciação e amortização | 9 | (5.514) | |
| Seguros | 22 | (323.264) | |
| Viagens | | (201.884) | |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 18 | (235.029) | |
| | | (9.691.562) | |
| Prejuízo operacional antes do resultado financeiro | | (9.691.562) | |
| Receitas/(Despesas) financeiras | 19 | 722.601 | |
| Resultado antes do IRPJ e CSLL | | (8.968.961) | |
| IR e CSI | 20 | (243.415) | |
| Resultado líquido do exercício | | (9.212.376) | |
| Resultado por ação | | (0,617) | |

exemplos na NBC TG 32 (R4) - tributos sobre o lucro e também alterações na NBC TG 03 (R3) - demonstrações do fluxo de caixa e na NBC TG 40 (R3) - instrumentos financeiros: evidênciação. Em relação à NBC TG 32 (R4), são introduzidos os itens 4A, 88A a 88D e 98M, com destaque à aplicação específica desta norma a tributos sobre o lucro relacionados à legislação do Pilar Dois, definida pelas regras modelo da OCDE. Quanto à NBC TG 03 (R3), são adicionados os itens 44F a 44H, relacionados aos acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado). Na NBC TG 40 (R3), o item 44JJ é adicionado, alterando o item B11F do Apêndice B. Essa alteração relaciona-se às divulgações quantitativas do risco de liquidez. As mudanças foram incorporadas nas normas correspondentes, e estão em vigor desde o dia 29 de dezembro de 2023. A NBC TG 03 (R2) e a NBC TG 40 (R3) para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2024. Não houve reflexos relevantes nas demonstrações contábeis da Sociedade. (b) **Normas novas que ainda não estão em vigor:** NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 - Em 3 de outubro de 2024 o CFC publicou a alteração NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28. Esta Norma entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2025 e, em razão de sua abrangência, não terá reflexos sobre as demonstrações contábeis da Sociedade. **NBC TDS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade** - Em 29 de outubro o CFC publicou a aprovação dessa norma que exige que entidade divulgue informações sobre todos os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente os seus fluxos de caixa, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazos. Os riscos e oportunidades são conjuntamente referidos como "riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente as perspectivas da entidade". Essa Norma também prescreve como a entidade deve preparar e comunicar suas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, estabelecendo requisitos gerais para o conteúdo e a apresentação dessas divulgações. Esta Norma deverá ser aplicada aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, e não deverá ter impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam vir a ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Sociedade. **2.13. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 28 de abril de 2025.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos corresponde à expectativa de tempo de realização do ativo financeiro derivado do contrato de concessão. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Estão representados da seguinte forma:

| | 31.12.2024 |
|----------------------------------|-------------------|
| Bancos conta movimento: | R\$ 1 |
| Bradesco | 1 |
| Aplicações financeiras: Bradesco | 17.087.752 |
| | 17.087.753 |

5. Tributos a compensar/recuperar: No montante de R\$ 58.367, corresponde a IRPJ a compensar em decorrência das operações iniciais da Companhia. **6. Despesas antecipadas:** O valor de R\$ 133.547 está representado por pagamentos de prêmios de seguro a serem apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo de cobertura das apólices, contratadas em conformidade com as determinações do Contrato de concessão. **7. Outros créditos:** 31.12.2024

| | R\$ |
|-------------------------------|---------------|
| Adiantamentos a fornecedores | 2.549 |
| Depósito em caução de aluguel | 9.000 |
| | 11.549 |

8. Ativo financeiro em formação: O valor de R\$ 2.355.301 está representado pelos gastos iniciais correspondentes a obras e serviços de construção executados no objeto do contrato com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul - RS. Os valores serão recebidos em contraprestações futuras, quando iniciadas as atividades operacionais da primeira etapa do Complexo Prisional conforme previsto no Contrato de Concessão.

| Em 31/12/2023 | Máquinas, Equipamentos e Aplicações | | Total |
|-------------------------------|-------------------------------------|--------------|---------------|
| | Móveis e Utensílios | Relhos | |
| Aquisição | 84.974 | 4.200 | 89.174 |
| Depreciação | (5.241) | (273) | (5.514) |
| Em 31/12/2024 | 79.733 | 3.927 | 83.660 |
| Custo | 84.974 | 4.200 | 89.174 |
| Depreciação acumulada | (5.241) | (273) | (5.514) |
| Saldo contábil líquido | 79.733 | 3.927 | 83.660 |

elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do Auditor para Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes

| Demonstração dos fluxos de caixa | | 31/12/2024 | |
|---|------|--|--------------------|
| | Nota | R\$ | |
| Caixa gerado nas atividades operacionais: | | Resultados do exercício | (9.212.376) |
| Ajustes ao resultado líquido: | | Depreciação e amortização | 5.514 |
| Provisões diversas | | Provisões diversas | 1.376 |
| | | | (9.205.486) |
| (Aumento)/Diminuição em contas do ativo: | | Tributos a compensar/recuperar | (58.367) |
| Despesas antecipadas | | Despesas antecipadas | (133.547) |
| Ativo financeiro em formação | | Ativo financeiro em formação | (2.355.301) |
| Outros créditos | | Outros créditos | (11.549) |
| Aumento/(Diminuição) em contas do passivo: | | Obrigações trabalhistas | 2.464 |
| Obrigações tributárias | | Obrigações tributárias | 378.331 |
| Outras obrigações | | Outras obrigações | 13.624.000 |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | | Caixa utilizado nas atividades de investimento: | 2.240.545 |
| Integralização de capital | | Integralização de capital | 14.936.382 |
| Aquisição de imobilizado | | Aquisição de imobilizado | (89.174) |
| | | | 14.847.208 |
| Caixa líquido gerado no exercício: | | Saldo das disponibilidades no Início do exercício | 17.087.753 |
| Saldo das disponibilidades no final do exercício | | | 17.087.753 |

10. Obrigações trabalhistas: 31.12.2024

| | R\$ |
|------------------|--------------|
| Salários a pagar | 1.381 |
| INSS | 918 |
| FGTS | 165 |
| | 2.464 |

11. Obrigações tributárias: 31.12.2024

| | R\$ |
|--------------------------|----------------|
| IRPJ | 112.445 |
| CSLL | 68.088 |
| IRRF | 48.237 |
| PIS/Cofins/CSLL retenção | 149.561 |
| | 378.331 |

12. Provisões trabalhistas: O valor de R\$ 133.547 refere-se ao reconhecimento inicial da provisão de férias considerando os valores proporcionais até a data do balanço, acrescidos dos encargos sociais. **13. Outras obrigações:** O valor de R\$ 13.624.000 corresponde a recursos obtidos antecipadamente de empresas não vinculadas interessadas no desenvolvimento de parcerias para estruturação de diversas atividades comerciais e de prestação de serviços complementares periféricos ao Complexo Prisional. **14. Capital social:** O capital social da Companhia, em moeda corrente nacional, é de R\$ 14.936.382 (quatorze milhões e novecentos e trinta e seis mil e trezentos e oitenta e dois reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 14.936.382 (quatorze milhões e novecentos e trinta e seis mil e trezentos e oitenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **15. Receita de construção e custo de construção:** Em 2024 foram registradas receitas de construção e custos de construção, ambos no montante de R\$ 2.355.301, representado pelos gastos iniciais de obras e serviços atribuídos ao objeto do Contrato de concessão, os quais estão composto o ativo financeiro em formação. **16. Despesas legais e jurídicas:** Correspondem substancialmente a honorários advocatícios e gastos no processo de viabilização de procedimentos legais do contrato de concessão, totalizando R\$ 4.665.530.

| | 31.12.2024 |
|--|------------------|
| Assessoria administrativa e financeira | 3.197.472 |
| Assessoria corpo diretivo | 1.006.825 |
| Serviços de consultoria | 4.500 |
| Assessoria contábil | 16.800 |
| Laudos técnicos e periciais | 140 |
| Gerenciamento de redes sociais | 6.900 |
| Serviços de autônomos | 3.900 |
| | 4.236.537 |

| | 31.12.2024 |
|---------------------------------------|----------------|
| Manutenção e conservação | 98.691 |
| Aluguéis e locações | 79.797 |
| Água e luz | 2.390 |
| Telefone, TV e internet | 9.684 |
| Lanches e refeições | 2.795 |
| Material de uso, consumo e expediente | 11.953 |
| Material de informática | 27.125 |
| Outros gastos de menor valor | 2.584 |
| | 235.029 |

19. Receitas/(despesas) financeiras: 31.12.2024

| | R\$ |
|-----------------------|----------------|
| Receitas financeiras: | 748.135 |
| Descontos obtidos | 8 |
| | 748.143 |

Despesas Financeiras: Despesas bancárias (2.346) Juros passivos (8) IOF (23.188) **(25.542)**

20. Imposto de renda e contribuição social: Em 2024 a Companhia computou Imposto de Renda e contribuição Social sobre o Lucro Líquido pelo regime de lucro presumido, resultando no pagamento de R\$ 243.415 no exercício, sendo R\$ 175.327 em IRPJ e R\$ 68.088 em CSLL. **21. Cobertura de seguros:** A Companhia, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os requerimentos contidos no Contrato de concessão. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **Seguradora - Risco coberto - Cobertura R\$:** Mapfre Seguros Gerais S/A - Responsabilidade Civil Geral - 5.000.000; Tokio Marine Seguradora - Riscos Financeiros - Concessão - 45.000.000; Mapfre Seguros Gerais S/A - Riscos de Eng. Pq. e Médias Obras - 36.960.033; O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, o que foi determinado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais sinistros.

| Diretoria | |
|-----------|--|
| | |